EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026
PREGÃO Nº 070/2026

FORMA ELETRÔNICA

O Município de Caparaó, estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 18.114.249/0001-93, com sede administrativa à Av. Américo Vespúcio de Carvalho, nº120, Bairro Centro, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público a abertura do Processo Licitatório em epígrafe, adotando – se como:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal e demais condições fixadas neste instrumento.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: Não

FASE DE HABILITAÇÃO ANTECEDE AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES E DE JULGAMENTO: Não

A realização da sessão pública eletrônica ocorrerá da seguinte forma:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: 03/12/2026

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: 13h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: www.licitardigital.com.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília

Observações:
O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1- OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Contratação de empresa para fornecimento de materiais, equipamentos, acessórios, jogos, brinquedos educativos, recursos sensoriais e pedagógicos e demais itens destinados à realização de atividades de estimulação precoce, desenvolvimento motor, sensorial e cognitivo, reabilitação funcional, comunicação alternativa, promoção da autonomia e execução de ações terapêuticas, educativas e recreativas, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó-MG.**

2- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os Microempreendedores Individuais - MEI, as Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, do ramo pertinente ao objeto licitado que atendam todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e se encontrem devidamente cadastradas na plataforma eletrônica **LICITAR DIGITAL**.

2.1.1. O cadastro na plataforma eletrônica poderá ser realizado através do endereço www.licitardigital.com.br.

2.2. Não poderão participar da licitação:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.1. O impedimento de que trata o inciso III será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
2.2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3- DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
3.1. A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06, está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.
3.1.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos.
3.1.2. Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.

3.2. Conforme Art. 18-E § 3° da Lei Complementar nº 123/06, o Microempreendedor Individual-MEI é uma modalidade de Microempresa - ME.

4- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:
I- Não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
II- Que atende os requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
III- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
IV- Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;
V- Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta, conforme art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21;

VI- Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
VII- Para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
VIII- Para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar n°123/06, cujos termos declaro conhecer na integra, estando apto portando, a exercer o direito de preferência.
IX- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
4.3.1. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, bem como àquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
4.3.2. Ao firmar a declaração constante no item VIII, o licitante declara simultaneamente que ainda não celebrou contratos nas condições estabelecidas no item 3.1 independentemente de transcrição.

4.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.

4.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
I- VALOR UNITÁRIO
II- VALOR TOTAL
III- MARCA, QUANDO CABÍVEL
IV- DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, CONTENDO AS INFORMAÇÕES SIMILARES À ESPECIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA: INDICANDO, NO QUE FOR APLICÁVEL: MODELO, PRAZO DE GARANTIA ETC.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência.
5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.
5.9.2. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio chat para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item.**
6.6.1. O intervalo mínimo de lances corresponde a **R$ 0,01 (um centavo).**

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último **por ele** ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O licitante poderá solicitar a exclusão do lance no momento da disputa, na hipótese de lances apresentados de forma inconsistente ou inexequível, cabendo ao Pregoeiro autorizar a exclusão ou indeferir a solicitação.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. O presente certame utilizará o modo de disputa **"aberto"**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição **das demais colocações**.
6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
I- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
II- Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
III- Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
IV- Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
I- Empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;
II- Empresas brasileiras;
III- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
IV- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante vencedor.
6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for

desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
6.19.4. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.
6.19.4.1. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro.
6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findar o prazo

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7- DA FASE DE JULGAMENTO
7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no instrumento convocatório, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União e
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
7.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
7.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
7.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido aos Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
I- Contiver vícios insanáveis;
II- Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
III- Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
IV- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V- Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, será considerado como indício de inexequibilidade as propostas de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
I- Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
II- Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Em contratação de serviços de engenharia, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
7.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
7.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
7.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
7.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei, conforme disposto no § 5º do Art. 59.
7.7.4.1. Serão admitidas as garantias nas seguintes modalidades:
I- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
II - Seguro-garantia;
III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

7.8. Erros no preenchimento da proposta ou planilhas não constituem motivo para sua desclassificação. O documento poderá ser ajustado pelo fornecedor, no prazo indicado através do sistema**, desde que não haja alteração do preço.**
7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
7.9.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8- DA FASE DE HABILITAÇÃO
8.1. O licitante vencedor encaminhará, exclusivamente por meio do sistema, os seguintes documentos para fins de habilitação:

8.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA
I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;
VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;
VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88**.**

8.1.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Pregoeiro.

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
I- Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão emissor, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral, desde que tenham sua vigência regular.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em seu formato original, por cópia ou por digitalização.
8.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/21).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
8.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.7. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
I- Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
II- Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente instrumento convocatório.

8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9- DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
I- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
II- O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
I- Advertência;
II- Multa;
III- Impedimento de licitar e contratar e
IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
10.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.
10.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
10.2.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
10.2.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
10.2.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstancias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
10.2.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
10.2.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
I- A natureza e a gravidade da infração cometida.

II- As peculiaridades do caso concreto
III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes
IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública
V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A sanção administrativa de advertência, inciso I do item 10.2, será aplicada exclusivamente pela infração que der causa à inexecução parcial do contrato, inciso I do item 10.1, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.

10.5. A sanção administrativa de multa, inciso II do item 10.2, será aplicada, ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 10.1 deste instrumento, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
10.5.1. A multa será calculada pelo gestor do contrato que deverá observar para sua aplicação o disposto no item 10.3.

10.6. A sanção prevista no inciso III do item 10.2, impedimento de licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 10.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a gravidade da infração.

10.7. A sanção prevista no inciso IV do item 10.2, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 10.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 10.6 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
10.7.1. A sanção administrativa prevista no inciso IV do item 10.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal responsável.

10.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão.

10.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o município deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.15. Todas as intimações serão realizadas através do endereço de e-mail informado pelo licitante em seu cadastro, não será aceita, em nenhuma hipótese, a justificativa do não recebimento das intimações realizadas através deste canal.
10.15.1. Caso o licitante não confirme o recebimento das intimações no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a administração o convocará por publicação no Diário Oficial adotado pelo órgão.

10.16. Além das sanções previstas no item 10.2, o licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.
10.16.1. Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:
I – Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;
II – Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá converte-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.
10.16.2. Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

11 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da plataforma LICITAR DIGITAL pelos licitantes ou pelo e-mail licitacao@caparao.mg.gov.br pelos demais interessados.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

12.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.9. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

12.10. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.

12.11. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.12. O licitante vencedor deverá assinar a Ata de Registro de Preços, bem como os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes dela, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
12.12.1. O documento será encaminhado para o e-mail indicado pelo licitante vencedor em seu cadastro e não será aceita em nenhuma hipótese, a alegação de não visualização do e-mail encaminhado.

13- DOS ANEXOS
13.1. São partes integrantes deste instrumento:
ANEXO I - Termo de Referência
Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II – Minuta Contratual

14- DO FORO
14.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Espera Feliz-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Caparaó-MG, 18 de novembro de 2026.

_____
Elizabete Gomes da Silva
Secretária Municipal de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026
PREGÃO Nº 070/2026
TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Contratação de empresa para fornecimento de materiais, equipamentos, acessórios, jogos, brinquedos educativos, recursos sensoriais e pedagógicos e demais itens destinados à realização de atividades de estimulação precoce, desenvolvimento motor, sensorial e cognitivo, reabilitação funcional, comunicação alternativa, promoção da autonomia e execução de ações terapêuticas, educativas e recreativas, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó-MG.**

1.2. Conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, optou-se pela contratação com o orçamento estimado de caráter sigiloso, nos termos do Artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/21. Segue planilha com as especificações detalhadas e quantitativos pretendidos para este procedimento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	KIT CHOCALHO COM MODEDOR - BRINQUEDO INFANTIL TIPO BOLA DE CHOCALHO COM MORDEDOR INTEGRADO, INDICADO PARA ESTÍMULO SENSORIAL, COORDENAÇÃO MOTORA E ALÍVIO DO DESCONFORTO CAUSADO PELO NASCIMENTO DOS DENTES. FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE E ATÓXICO, COM ACABAMENTO COLORIDO E DESIGN SEGURO PARA USO INFANTIL. POSSUI CHOCALHO INTERNO PARA ESTIMULAÇÃO AUDITIVA E MORDEDOR INCORPORADO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 15 CM X 15 CM X 15 CM E PESO APROXIMADO DE 0,2 KG. RECOMENDADO PARA CRIANÇAS DE 0 A 24 MESES, PODENDO SER UTILIZADO A PARTIR DE 3 MESES DE IDADE. PRODUTO DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, DURÁVEL E ADEQUADO PARA ATIVIDADES DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE E DESENVOLVIMENTO INFANTIL.	KIT	1
02	JOGO DE DARDOS COM VELCRO, COMPOSTO POR 01 ALVO CIRCULAR CONFECCIONADO EM TECIDO RESISTENTE, COM 40 CM DE DIÂMETRO, 02 DARDOS E 02 BOLINHAS, TODOS COM SISTEMA DE FIXAÇÃO EM VELCRO DE ALTA ADERÊNCIA. DARDOS COM CORPO E HASTE EM PLÁSTICO RESISTENTE E PONTA EM VELCRO, PROPORCIONANDO SEGURANÇA DURANTE O USO. INDICADO PARA ATIVIDADES RECREATIVAS, DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO MOTORA, CONCENTRAÇÃO E PRECISÃO. RECOMENDADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 4 ANOS.	JOGO	1

03	BRINQUEDO SENSORIAL TIPO LAGARTO/LESMA ARTICULADA CONFECCIONADO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, ATÓXICO E LIVRE DE REBARBAS, COM ESTRUTURA ARTICULADA QUE PROPORCIONA MOVIMENTOS FLEXÍVEIS E ESTIMULA A COORDENAÇÃO MOTORA, PERCEPÇÃO TÁTIL, CONCENTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SENSORIAL. COLORIDO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 18 CM DE COMPRIMENTO. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 1 ANO DE IDADE.	UNI	5
04	MANTA TÉRMICA CORPO INTEIRO VOLTAGEM 110V PARA CORPO INTEIRO, DESENVOLVIDA PARA APLICAÇÕES DE AQUECIMENTO CORPORAL, COM SISTEMA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E ESTRUTURA DOBRÁVEL PARA FACILITAR O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO. FABRICADA COM MATERIAIS ADEQUADOS PARA USO TERAPÊUTICO E CONFORTO DO USUÁRIO, PROPORCIONANDO AQUECIMENTO UNIFORME E SEGURO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: LARGURA ABERTA: 185 CM LARGURA FECHADA: 70 CM COMPRIMENTO: 145 CM VOLTAGEM: 110 V POTÊNCIA MÁXIMA: 228 VA PESO APROXIMADO: 3,300 KG TEMPERATURA MÁXIMA DE OPERAÇÃO: ENTRE 38 °C E 43 °C REGISTRO ANVISA: 81483060001 GARANTIA: 3 MESES SISTEMA DE SEGURANÇA: POSSUI FUSÍVEL ATIVO E FUSÍVEL RESERVA. EQUIPAMENTO DE FÁCIL MANUSEIO, COM AQUECIMENTO CONTROLADO, INDICADO PARA USO PROFISSIONAL CONFORME ORIENTAÇÃO TÉCNICA, DEVENDO SER FORNECIDO COM MANUAL DE INSTRUÇÕES, ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA APLICÁVEIS.	UNI	1
05	PRENDEDORES DE ROUPA COLORIDOS CONFECCIONADOS EM PLÁSTICO RESISTENTE, DE CORES DIVERSAS, COM SISTEMA DE MOLA PARA FIXAÇÃO E ABERTURA ADEQUADA PARA PRENDER ROUPAS EM VARAIS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 7 CM DE COMPRIMENTO, 1 CM DE LARGURA E 1,5 CM DE ALTURA. PRODUTO NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, RESISTENTE AO USO DOMÉSTICO E À EXPOSIÇÃO À UMIDADE. ACONDICIONADOS EM PACOTE COM 12 UNIDADES.	UNI	2
06	QUEBRA CABEÇA ALFABETO PEÇAS GIGANTES COM 52 PEÇAS DE TAMANHO GRANDE, CONFECCIONADAS EM PAPELÃO RESISTENTE E DE BOA QUALIDADE, COM ILUSTRAÇÕES E ELEMENTOS RELACIONADOS AO APRENDIZADO DAS LETRAS DO ALFABETO. PEÇAS DE FÁCIL ENCAIXE E MANUSEIO, ADEQUADAS AO PÚBLICO INFANTIL, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO MOTORA, PERCEPÇÃO VISUAL, CONCENTRAÇÃO, ASSOCIAÇÃO E RECONHECIMENTO DAS LETRAS. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 2 ANOS DE IDADE. PRODUTO NOVO, ATÓXICO,	UN	1

	RESISTENTE E DE PRIMEIRA QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE.		
07	MASSINHA DE MODELAR BIG BALDE 1,5KG MODELO BIG BALDE, ACONDICIONADA EM BALDE COM APROXIMADAMENTE 1,5 KG DE PRODUTO, COMPOSTA POR MATERIAL NÃO TÓXICO, MACIO, MALEÁVEL E DE FÁCIL MODELAGEM, EM CORES VARIADAS. INDICADA PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E RECREATIVAS, ESTIMULANDO A CRIATIVIDADE, COORDENAÇÃO MOTORA E PERCEPÇÃO DAS CORES. PRODUTO NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ADEQUADO PARA USO INFANTIL E ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE, COM TAMPA PARA CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	UNI	10
08	ESPELHO GRANDE DE PAREDE COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 100 X 60 CM, CONFECCIONADO EM VIDRO ESPELHADO DE ALTA QUALIDADE, COM BORDAS LAPIDADAS, LISAS E RETAS, PROPORCIONANDO ACABAMENTO SEGURO E UNIFORME. ACABAMENTO BISOTADO NAS BORDAS, COM CORTE CHANFRADO, CONFERINDO EFEITO DE MOLDURA AO ESPELHO. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE FIXAÇÃO PARA PAREDE POR MEIO DE SUPORTES INVISÍVEIS E PARAFUSOS, NO ESTILO QUADRO, PROPORCIONANDO INSTALAÇÃO SEGURA E ACABAMENTO DISCRETO. PRODUTO NOVO, SEM TRINCAS, RISCOS, MANCHAS OU IMPERFEIÇÕES, COM ACABAMENTO ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS.	UNI	1
09	KIT FORMAS DE SILICONE PARA CUPCAKES COM 12 UNIDADES, CONFECCIONADAS EM SILICONE FLEXÍVEL, RESISTENTE E PRÓPRIO PARA USO CULINÁRIO, NA COR COLORIDA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 50 ML POR FORMA, DIÂMETRO APROXIMADO DE 7 CM E DIMENSÕES APROXIMADAS DE 5 CM X 7 CM X 3,5 CM, ADEQUADAS PARA PREPARO E ASSAMENTO DE CUPCAKES, DOCES E OUTROS PRODUTOS DE CONFEITARIA.	KIT	2
10	JOGO COMENDO BEM-GROW INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 ANOS DE IDADE, PARA 2 A 4 PARTICIPANTES, COMPOSTO POR 4 CARTELAS NO FORMATO PRATO, 4 CARTELAS LAVE AS MÃOS E 20 CARTELAS DE ALIMENTOS, TOTALIZANDO 28 CARTELAS. JOGO EDUCATIVO E RECREATIVO, DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTOS SOBRE ALIMENTAÇÃO E HÁBITOS DE HIGIENE. NÃO RECOMENDÁVEL PARA CRIANÇAS MENORES DE 3 ANOS.	UNI	2

11	JOGO MEU AMIGO COMILÃO CONTENDO 1 DADO, 1 TABULEIRO, 2 PEÕES, 2 MONSTRINHOS, 2 COLHERES E 40 FICHAS. CONFECCIONADO EM PAPEL CARTÃO E MATERIAL TERMOPLÁSTICO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM DE 24 CM X 31 CM X 6 CM (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE) E PESO APROXIMADO DE 330 G. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 5 ANOS DE IDADE, DESTINADO A ATIVIDADES LÚDICAS, RECREATIVAS E DE DESENVOLVIMENTO DA INTERAÇÃO E COORDENAÇÃO MOTORA.	UNI	2
12	JOGO FOOD TRUCK EXPRESS JOGO DE TABULEIRO EM FORMATO FÍSICO, NO IDIOMA PORTUGUÊS, CONFECCIONADO EM PAPEL CARTÃO, COMPOSTO POR 4 TABULEIROS, 20 CARTELAS DE BASE DE PÃO, 20 CARTELAS DE TOPO DE PÃO E 24 CARTELAS DE DIFERENTES INGREDIENTES, TOTALIZANDO 68 PEÇAS. JOGO EDUCATIVO E RECREATIVO, COM TEMÁTICA DE PREPARAÇÃO E MONTAGEM DE ALIMENTOS, DESTINADO A ATIVIDADES LÚDICAS E DE DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO, CRIATIVIDADE, PERCEPÇÃO E COORDENAÇÃO MOTORA.	UNI	2
13	JOGO DO ALFABETO LOUCO INFANTIL VERSÃO EM PORTUGUÊS, DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DA ALFABETIZAÇÃO, RECONHECIMENTO DE LETRAS, FORMAÇÃO DE PALAVRAS E RACIOCÍNIO. CONJUNTO COMPOSTO POR 01 TAPALAVRA, 36 CARTAS E 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM DE 5 X 27 X 27 CM (ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO/PROFUNDIDADE). INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 8 ANOS, PARA 2 OU MAIS PARTICIPANTES. NÃO NECESSITA DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA OU BATERIAS.	UNI	1
14	LIVRO FUNÇÕES EXECUTIVAS 1 2 MEMÓRIA OPERACIONAL VELOCIDADE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA ESTIMULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS, COM ÊNFASE NAS HABILIDADES DE MEMÓRIA OPERACIONAL, CONTROLE INIBITÓRIO E FLEXIBILIDADE COGNITIVA, COMPOSTO POR 90 PÁGINAS COM ATIVIDADES ESTRUTURADAS EM NÍVEIS PROGRESSIVOS DE COMPLEXIDADE, PERMITINDO A REALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS COGNITIVOS DO NÍVEL MAIS SIMPLES AO MAIS AVANÇADO. DESTINADO À ESTIMULAÇÃO E REABILITAÇÃO DE HABILIDADES COGNITIVAS, PODENDO SER UTILIZADO COM CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS, ACOMPANHA MATERIAL DE ORIENTAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES. EDIÇÃO 1/2024, FORMATO APROXIMADO DE 12 X 8 X 3 CM E CAPA TIPO BROCHURA.	UNI	1

15	JOGO EDUCATIVO COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA JOGO EDUCATIVO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA, CONFECCIONADO EM MADEIRA (XALINGO), DESTINADO AO ESTÍMULO DA COMUNICAÇÃO, EXPRESSÃO PESSOAL, INTERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM, ESPECIALMENTE PARA CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE FALA E COMUNICAÇÃO, COMPOSTO POR 127 PEÇAS, ADEQUADAS PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E DE ESTIMULAÇÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 21 X 1 X 21 CM, COM PESO APROXIMADO DE 1,32 KG. INDICADO PARA UTILIZAÇÃO EM ATIVIDADES EDUCATIVAS, TERAPÊUTICAS E DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO.	UNI	2
16	LIVRO INTERATIVO PAREAMENTO POR CORES CONFECCIONADO EM MATERIAL PLASTIFICADO E RESISTENTE, COM SISTEMA DE FIXAÇÃO POR VELCRO. DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DA PERCEPÇÃO VISUAL, RECONHECIMENTO E ASSOCIAÇÃO DE CORES, ATENÇÃO, COORDENAÇÃO MOTORA E HABILIDADES COGNITIVAS. COMPOSTO POR 48 CARTAS DE PAREAMENTO COM IMAGENS E NOMES DE OBJETOS E ANIMAIS COLORIDOS, ACOMPANHADAS DE 08 TABULEIROS. MATERIAL EM PORTUGUÊS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 32 CM DE LARGURA X 21 CM DE ALTURA. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 1 ANO DE IDADE.	UNI	2

1.2.1. As memórias de cálculo e documento que dão suporte à estimativa do valor da contratação, constam em anexo classificado que será divulgado após a conclusão do certame,
1.2.2. O orçamento estimado poderá ser utilizado pelo Pregoeiro como parâmetro de negociação final com o licitante vencedor.

2- PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO
2.1. O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado.

3- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de disponibilizar à Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó/MG materiais, equipamentos, acessórios, jogos, brinquedos educativos e demais recursos necessários ao desenvolvimento das atividades de fisioterapia, reabilitação, estimulação motora e cognitiva, fortalecimento muscular, coordenação motora, equilíbrio, estimulação sensorial, atividades terapêuticas, pedagógicas, recreativas e funcionais realizadas no âmbito da rede municipal de saúde.

3.2. A relação de itens contempla produtos de diferentes naturezas e aplicações, incluindo equipamentos e acessórios para fisioterapia e reabilitação, materiais destinados a exercícios funcionais, recursos de estimulação sensorial e psicomotora, jogos educativos, materiais pedagógicos e brinquedos voltados ao desenvolvimento da linguagem, percepção, memória, atenção, raciocínio, coordenação motora e demais habilidades cognitivas e funcionais dos usuários atendidos.

3.3. A disponibilização desses recursos mostra-se necessária para garantir condições adequadas de trabalho aos profissionais responsáveis pelos atendimentos, permitindo a utilização de instrumentos compatíveis com as diferentes necessidades terapêuticas, faixas etárias, condições clínicas e modalidades de acompanhamento desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.4. A contratação também se justifica pela necessidade de ampliar e diversificar os recursos utilizados nos atendimentos, proporcionando maior variedade de abordagens terapêuticas e funcionais e possibilitando a execução de atividades de reabilitação física, estimulação precoce, fortalecimento muscular, desenvolvimento neuropsicomotor, treinamento de equilíbrio, coordenação motora, estimulação sensorial, linguagem, alfabetização e desenvolvimento cognitivo.

3.5. A ausência ou insuficiência desses materiais pode restringir as possibilidades de intervenção dos profissionais, dificultar a execução integral das atividades planejadas e comprometer a continuidade, a qualidade e a efetividade dos atendimentos oferecidos aos usuários da rede municipal de saúde.

3.6. O Estudo Técnico Preliminar demonstrou que, diante das características dos bens pretendidos, da necessidade de sua disponibilidade contínua e da possibilidade de utilização reiterada pelos serviços municipais, a aquisição constitui a solução adequada para atendimento da demanda, não se mostrando tecnicamente ou economicamente vantajosa a adoção de alternativas como locação ou disponibilização temporária dos produtos.

3.7. Os quantitativos foram estabelecidos a partir da projeção de consumo e da necessidade apresentada pela unidade requisitante, considerando a demanda esperada para os atendimentos, a forma de utilização dos produtos, a possibilidade de uso simultâneo de determinados itens e a necessidade de disponibilidade suficiente para assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas.

3.8. Busca-se, portanto, por meio da presente contratação, assegurar estrutura material adequada à execução dos serviços de saúde, proporcionando melhores condições para os atendimentos, maior autonomia aos profissionais, disponibilidade contínua dos recursos e maior efetividade das ações de assistência, prevenção, reabilitação e promoção da saúde desenvolvidas pelo Município de Caparaó/MG.

3.9. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, adequada e compatível com a necessidade administrativa identificada, estando fundamentada no planejamento realizado pela Secretaria

Municipal de Saúde e nas conclusões constantes do Estudo Técnico Preliminar elaborado para o objeto.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os produtos deverão ser fornecidos em estrita conformidade com as especificações, características técnicas, dimensões, capacidades, composições, materiais, unidades de fornecimento e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e nos demais documentos integrantes da contratação.

4.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e de primeira qualidade, não sendo admitidos itens usados, recondicionados, remanufaturados, recuperados, avariados ou que apresentem qualquer sinal de utilização anterior.

4.3. Os itens deverão ser entregues íntegros, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sem trincas, rachaduras, deformações, manchas, corrosões, riscos, falhas de acabamento, peças soltas, componentes ausentes ou quaisquer outros defeitos que comprometam sua utilização, segurança, durabilidade ou finalidade.

4.4. Sempre que aplicável, os produtos deverão ser fornecidos em suas embalagens originais, devidamente lacradas e invioladas, contendo identificação do fabricante, composição, características técnicas, lote, data de fabricação, prazo de validade, instruções de utilização, advertências e demais informações exigidas pela legislação pertinente.

4.5. Os materiais destinados ao contato direto com os usuários deverão ser confeccionados em materiais resistentes, seguros, atóxicos e adequados à finalidade proposta, devendo possuir acabamento uniforme, sem rebarbas, pontas cortantes, superfícies ásperas ou quaisquer elementos capazes de oferecer riscos durante a utilização.

4.6. Os produtos destinados à utilização por crianças deverão observar os requisitos de segurança compatíveis com a faixa etária indicada, devendo ser fabricados em materiais adequados, atóxicos, resistentes e livres de partes ou acabamentos que possam representar riscos aos usuários.

4.7. Os brinquedos, jogos, materiais pedagógicos e demais produtos sujeitos à certificação compulsória deverão possuir certificação expedida pelo INMETRO ou por organismo competente, quando exigível em razão da natureza do produto e da legislação vigente.

4.8. Os equipamentos, materiais e acessórios enquadrados como produtos para saúde deverão possuir registro, notificação, cadastro ou regularização perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, sempre que tal exigência for aplicável ao respectivo produto.

4.9. Os equipamentos elétricos e eletrônicos deverão ser fornecidos em condições de pronto funcionamento, compatíveis com a tensão elétrica especificada para cada item, acompanhados dos

respectivos cabos, fontes, conectores, controles, acessórios e demais componentes indispensáveis à sua utilização regular.

4.10. Quando previsto nas especificações do item, os equipamentos deverão acompanhar manual de instruções em língua portuguesa, contendo informações suficientes para instalação, operação, limpeza, conservação e utilização segura do produto.

4.11. Os produtos compostos por kits, conjuntos ou jogos deverão ser entregues com a integralidade dos componentes previstos na especificação, não sendo admitida a entrega parcial, incompleta ou com quantitativo inferior de peças, acessórios ou elementos integrantes.

4.12. Os materiais destinados às atividades de fisioterapia, reabilitação, fortalecimento muscular, equilíbrio, coordenação motora e treinamento funcional deverão apresentar resistência, estabilidade, segurança e durabilidade compatíveis com a utilização institucional e com a finalidade terapêutica ou funcional indicada. A relação contempla, entre outros, discos de equilíbrio, aparelhos de eletroestimulação, faixas elásticas, colchonetes, caneleiras, massageadores e equipamentos correlatos.

4.13. Os materiais de uso terapêutico, sensorial, recreativo ou pedagógico deverão permitir limpeza e higienização adequadas sempre que sua natureza assim exigir, devendo os respectivos materiais e revestimentos apresentar resistência compatível com o uso frequente em ambiente institucional.

4.14. Os jogos, brinquedos e materiais de estimulação sensorial e cognitiva deverão conter todas as peças, cartelas, tabuleiros, acessórios, componentes e elementos descritos nas respectivas especificações, de modo a possibilitar sua utilização integral nas atividades propostas.

4.15. Os itens confeccionados em madeira, MDF ou materiais similares deverão apresentar acabamento liso e uniforme, sem farpas, arestas cortantes ou defeitos que possam comprometer a segurança, devendo possuir resistência compatível com a utilização prevista.

4.16. Os materiais plásticos deverão apresentar resistência e flexibilidade compatíveis com sua finalidade, quando aplicável, não sendo admitidos produtos frágeis, quebradiços ou com deformações que possam reduzir sua vida útil ou comprometer sua segurança.

4.17. Os produtos que possuam superfícies antiderrapantes, revestimentos impermeáveis, tratamentos específicos, estruturas reforçadas ou demais características funcionais previstas nas especificações deverão ser fornecidos com essas propriedades integralmente preservadas.

4.18. Quando houver indicação de capacidade máxima de carga, peso suportado, faixa etária, dimensões, voltagem, potência, resistência, intensidade ou qualquer outro parâmetro técnico, o produto fornecido deverá atender integralmente ao limite ou característica estabelecida na especificação do respectivo item.

4.19. Eventuais variações dimensionais somente serão admitidas quando expressamente previstas nas especificações ou quando não alterarem a funcionalidade, segurança, qualidade ou finalidade do produto, mediante avaliação e aceitação pela Administração.

4.20. Os produtos deverão atender às normas técnicas, sanitárias, de segurança, qualidade e de proteção ao consumidor aplicáveis à sua fabricação, comercialização e utilização, inclusive normas da ABNT, INMETRO, ANVISA e demais órgãos competentes, quando incidentes sobre cada item.

4.21. A CONTRATADA será responsável pela procedência, qualidade, segurança e conformidade dos produtos fornecidos, respondendo integralmente por vícios, defeitos, divergências de especificação ou quaisquer irregularidades identificadas durante o recebimento ou utilização.

4.22. Os produtos que apresentarem defeitos, avarias, funcionamento inadequado, divergência de especificação, ausência de componentes ou qualquer outra desconformidade poderão ser recusados pela Administração, devendo ser substituídos pela CONTRATADA, sem qualquer custo adicional ao Município.

4.23. A substituição dos produtos recusados não afastará a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento dos prazos estabelecidos, tampouco impedirá a aplicação das medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

4.24. Todos os custos necessários ao integral fornecimento do objeto deverão estar incluídos nos preços propostos, compreendendo, entre outros, embalagem, acondicionamento, transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos, mão de obra, acessórios e demais despesas diretas ou indiretas necessárias ao cumprimento da contratação.

4.25. A CONTRATADA deverá observar durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, mantendo-se regular perante os órgãos competentes e atendendo às determinações da fiscalização do contrato.

4.26. O fornecimento deverá assegurar à Administração produtos aptos à utilização imediata ou, quando necessária montagem ou instalação simples, acompanhados de todos os componentes indispensáveis à sua correta utilização, sem necessidade de aquisição adicional de peças ou acessórios essenciais não previstos.

4.27. O atendimento aos requisitos estabelecidos neste tópico constitui condição mínima para aceitação do objeto, sem prejuízo das demais especificações individualizadas de cada item e das obrigações constantes do Termo de Referência, do Edital e do instrumento contratual.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os produtos deverão ser entregues novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de utilização, acondicionados em embalagem devidamente inviolada, quando aplicável, em sua apresentação original, sem avarias, contendo todas as informações de fabricação, identificação,

características técnicas, lote, validade, instruções de uso e demais informações exigidas pela legislação pertinente, de forma visível e plenamente legível.
5.1.1. Os produtos deverão observar integralmente as especificações, características técnicas, dimensões, composições, quantidades, capacidades, acessórios e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência e nos demais documentos integrantes da contratação.
5.1.2. Todos os encargos e custos decorrentes da contratação correrão por conta da CONTRATADA, incluindo transporte, frete, carga, descarga, embalagem, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas necessárias ao integral cumprimento do objeto.

5.2. Os itens deverão ser entregues nas condições estabelecidas neste instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do envio da respectiva Ordem de Fornecimento pelo setor competente do Município de Caparaó/MG, acompanhados da Nota Fiscal correspondente.
5.2.1. A Ordem de Fornecimento indicará os itens, quantitativos, local de entrega e demais informações necessárias ao correto cumprimento da obrigação pela CONTRATADA.
5.2.2. Após a entrega, os produtos estarão sujeitos à conferência quanto aos quantitativos, especificações, integridade, qualidade, funcionamento e demais condições estabelecidas neste instrumento, para fins de recebimento provisório e definitivo.
5.2.3. O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal do Contrato, ou por servidor formalmente designado para substituí-lo, mediante verificação inicial dos produtos entregues.
5.2.4. Somente o Fiscal do Contrato, ou seu substituto formalmente designado, poderá promover o recebimento provisório dos produtos.
5.2.5. Nos casos de atraso injustificado na entrega, a CONTRATADA estará sujeita às sanções estabelecidas no instrumento convocatório e no instrumento contratual, especialmente à aplicação de multa moratória, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

5.3. Os produtos deverão ser entregues no local indicado na Ordem de Fornecimento, dentro do perímetro urbano do Município de Caparaó/MG**,** ficando a CONTRATADA responsável pelo transporte, descarga e entrega integral dos itens no endereço determinado pela Administração.
5.3.1. O horário para recebimento dos produtos será de 08h00 às 17h00, em dias úteis, salvo determinação diversa expressamente indicada na Ordem de Fornecimento.

5.4. O objeto será recebido provisoriamente pelo Fiscal do Contrato, mediante conferência dos quantitativos, das condições físicas dos produtos, das embalagens, dos acessórios, das especificações e dos demais requisitos estabelecidos neste instrumento, ficando o recebimento definitivo condicionado à posterior verificação de conformidade.

5.5. O objeto será recebido definitivamente pelo Gestor do Contrato ou por comissão formalmente designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento integral às exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na proposta da CONTRATADA e nos demais documentos integrantes da contratação.

5.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando os produtos estiverem em desacordo com as especificações, apresentarem defeitos, avarias, ausência de componentes ou acessórios, funcionamento inadequado ou qualquer outra desconformidade com as condições estabelecidas neste instrumento.
5.6.1. Os produtos rejeitados deverão ser substituídos pela CONTRATADA, às suas expensas, por outros que atendam integralmente às especificações exigidas, sem qualquer custo adicional para o Município e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá nem reduzirá a responsabilidade civil, administrativa ou contratual da CONTRATADA pela qualidade, segurança, adequação, durabilidade e conformidade dos produtos fornecidos, permanecendo íntegra sua responsabilidade por vícios, defeitos ou desconformidades posteriormente identificados.

6- FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
6.1. Caberá ao Fiscal do contrato:
I - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;
II - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;
III - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
IV - Auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;
V - Anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
VI - Emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
VII - Rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;
VIII - Comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;
6.1.1. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:
I - Atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;
II - Entrega de produtos em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;
III - Execução do objeto em desconformidade com este instrumento;
IV - Descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;
V - Subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;
VI - Alteração nas condições da habilitação da licitante previstas no instrumento convocatório;
VII - Quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

6.2. Caberá ao Gestor do Contrato:
I - Analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
III - Criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;
IV - Analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;
VI - Decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;
VII - Solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;
VIII - Alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;
IX - Realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.
6.2.1. Estendem-se, no que couber, as atribuições do Gestor de Contrato para as eventuais atas de registro de preços.

6.3. Caso o contrato decorrente deste procedimento seja substituído por carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos termos do Art. 95 da Lei Federal 14.133/2021, as atribuições do gestor e fiscal de contrato serão mantidas, além da permanência integral das obrigações e condições estabelecidas na minuta contratual constante no anexo do edital e de todas as especificações e condições descritas neste termo.

7- FORMA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
7.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento.

7.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal.
7.2.1. Para execução do pagamento o licitante deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.
7.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
7.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do licitante.

7.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

7.4. O Município de poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo licitante caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
I- A licitante deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município;
II- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante atenda à cláusula infringida;
III- A licitante retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município.
IV- Débito da licitante para com o Município quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
V- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇOS
8.1. O fornecedor ou prestador de serviços será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão, sob sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM,** observadas todas as condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e em seus anexos.

9- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
9.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão conta da seguinte dotação orçamentária: 02110501.1030200171.033 – AQUIS MOV VEIC EQ P/SERV SAÚDE R.PR – 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente – Ficha 165-150002 e nas suas correspondentes para o exercício posterior.

Caparaó-MG, 18 de novembro de 2026.

_____
Elizabete Gomes da Silva
Secretária Municipal de Saúde

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- OBJETO

1.1. Elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP, visando aferir a viabilidade técnica e econômica para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais, equipamentos, acessórios, jogos, brinquedos educativos e demais itens destinados às atividades de fisioterapia, reabilitação, estimulação, desenvolvimento motor e cognitivo, bem como às ações terapêuticas, pedagógicas, recreativas e funcionais, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó/MG.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de suprir a Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó/MG com materiais, equipamentos, acessórios, jogos, brinquedos educativos e demais itens destinados ao desenvolvimento de atividades de fisioterapia, reabilitação, estimulação motora e cognitiva, fortalecimento muscular, coordenação motora, equilíbrio, atividades terapêuticas, pedagógicas, sensoriais, recreativas e funcionais, de acordo com as demandas dos serviços de saúde prestados pelo Município.

2.2. Os itens pretendidos possuem aplicação direta em atendimentos de fisioterapia, reabilitação física, estimulação precoce, desenvolvimento neuropsicomotor, atividades de fortalecimento e condicionamento, bem como em ações voltadas ao desenvolvimento da linguagem, percepção visual e tátil, memória, atenção, raciocínio, alfabetização, coordenação motora fina e ampla e demais habilidades cognitivas e funcionais dos usuários assistidos pela rede municipal de saúde.

2.3. A disponibilização adequada desses materiais e equipamentos mostra-se necessária para proporcionar aos profissionais responsáveis condições apropriadas para planejamento e execução das atividades terapêuticas, permitindo a utilização de recursos compatíveis com as diferentes necessidades dos pacientes, faixas etárias e modalidades de atendimento desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

2.4. A contratação também se justifica pela necessidade de ampliar e diversificar os recursos utilizados nos atendimentos, especialmente aqueles destinados à estimulação sensorial, cognitiva e psicomotora, incluindo jogos educativos, materiais montessorianos, brinquedos de encaixe, atividades de associação, comunicação, linguagem, alfabetização e percepção, possibilitando maior variedade de abordagens durante os tratamentos e acompanhamentos realizados pelos profissionais da rede municipal.

2.5. A ausência ou insuficiência desses recursos pode limitar as possibilidades de intervenção dos profissionais, dificultar a execução integral das atividades previstas nos atendimentos e comprometer a continuidade e a qualidade das ações de reabilitação, prevenção, estimulação e acompanhamento dos usuários, razão pela qual se mostra necessária a aquisição dos materiais em quantitativos compatíveis com a demanda identificada pela Administração.

2.6. Busca-se, portanto, mediante a contratação, assegurar estrutura material adequada aos serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó/MG, proporcionando melhores condições para a realização dos atendimentos, racionalização e organização das atividades, segurança na utilização dos recursos e maior efetividade das ações de assistência, reabilitação e promoção da saúde oferecidas à população.

3- LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA PARA SOLUÇÃO ADOTADA

3.1. Considerando a natureza da necessidade identificada e as características dos itens pretendidos, foram avaliadas as alternativas disponíveis para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó/MG, especialmente a aquisição dos bens, eventual locação de equipamentos e materiais, compartilhamento com outras unidades ou contratação de terceiros para disponibilização dos recursos necessários.

3.2. A alternativa de locação não se mostra adequada ao conjunto da contratação, uma vez que a relação contempla predominantemente materiais e bens de uso direto e contínuo nas atividades de fisioterapia, reabilitação, estimulação motora e cognitiva, educação em saúde e acompanhamento terapêutico, incluindo bolas, faixas elásticas, colchonetes, caneleiras, jogos, brinquedos educativos, materiais sensoriais, acessórios e equipamentos de utilização cotidiana.

3.3. Grande parte dos itens possui baixo ou médio valor unitário e características próprias de bens permanentes ou materiais destinados ao uso reiterado pela Administração, de modo que eventual locação, além de não representar prática usual de mercado para diversos desses produtos, tenderia a gerar pagamentos continuados sem a incorporação dos bens ao patrimônio ou à disponibilidade definitiva da Secretaria Municipal de Saúde.

3.4. A locação também se revela operacionalmente inadequada diante da heterogeneidade dos produtos, que abrangem desde equipamentos de fisioterapia até jogos educativos, materiais montessorianos, brinquedos sensoriais e acessórios para atividades funcionais, o que exigiria múltiplas soluções contratuais e dificultaria a gestão, fiscalização, disponibilidade e utilização dos itens pelos profissionais responsáveis. A relação contempla, por exemplo, materiais de estimulação sensorial, coordenação motora, linguagem, alfabetização e desenvolvimento cognitivo.

3.5. O compartilhamento de equipamentos ou materiais com outras unidades administrativas igualmente não atende satisfatoriamente à necessidade, considerando que os itens deverão permanecer disponíveis de forma contínua no local de atendimento, conforme a programação e a demanda dos profissionais de saúde, não sendo recomendável condicionar sua utilização à disponibilidade eventual de bens pertencentes a outros setores ou unidades.

3.6. A contratação de empresa para mera disponibilização temporária dos materiais, integrada ou não à prestação de serviços terapêuticos, também não se mostra pertinente, uma vez que a necessidade da Administração consiste no fornecimento dos recursos materiais necessários à

execução dos serviços já desenvolvidos pela própria estrutura municipal, não havendo, neste caso, necessidade identificada de terceirização das atividades profissionais correlatas.

3.7. Ademais, a aquisição possibilita que os bens permaneçam integralmente à disposição da Administração, permitindo sua utilização conforme a necessidade dos atendimentos, sem limitação de horários, períodos de locação, disponibilidade de terceiros ou necessidade de sucessivas contratações para utilização dos mesmos recursos.

3.8. Sob o aspecto econômico, a aquisição apresenta-se mais racional, especialmente porque diversos itens possuem durabilidade compatível com utilização prolongada, podendo ser empregados em sucessivos atendimentos e atividades, desde que observadas as condições de conservação, limpeza, higienização e manutenção eventualmente aplicáveis.

3.9. A incorporação dos bens ao acervo da Secretaria Municipal de Saúde também permite melhor planejamento das atividades, maior autonomia dos profissionais, disponibilidade imediata dos recursos e continuidade dos atendimentos, reduzindo riscos de interrupção em decorrência do encerramento de contratos de locação ou indisponibilidade de materiais de terceiros.

3.10. Registra-se, ainda, que parte relevante dos itens constitui materiais individualizados, acessórios, brinquedos, jogos e recursos pedagógicos e terapêuticos cuja locação se revela incompatível com sua natureza, utilização e necessidade de conservação, além de poder gerar dificuldades relativas à higienização, controle, reposição e responsabilidade pelo desgaste decorrente do uso.

3.11. Diante das características do objeto, da necessidade de disponibilidade permanente dos materiais, da diversidade dos itens, da possibilidade de utilização continuada e da inexistência de vantagem técnica ou econômica concreta nas demais alternativas avaliadas, conclui-se que **a** aquisição dos produtos constitui a única alternativa viável e adequada para atendimento da necessidade administrativa identificada**.**

3.12. A solução a ser adotada consiste, portanto, na contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais, equipamentos, acessórios, jogos, brinquedos educativos e demais itens destinados às atividades de fisioterapia, reabilitação, estimulação, desenvolvimento motor e cognitivo, bem como às ações terapêuticas, pedagógicas, recreativas e funcionais, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó/MG, conforme especificações e quantitativos definidos pela Administração.

4- REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os produtos deverão ser fornecidos em estrita conformidade com as especificações, características técnicas, dimensões, capacidades, composições, materiais, unidades de fornecimento e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e nos demais documentos integrantes da contratação.

4.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e de primeira qualidade, não sendo admitidos itens usados, recondicionados, remanufaturados, recuperados, avariados ou que apresentem qualquer sinal de utilização anterior.

4.3. Os itens deverão ser entregues íntegros, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sem trincas, rachaduras, deformações, manchas, corrosões, riscos, falhas de acabamento, peças soltas, componentes ausentes ou quaisquer outros defeitos que comprometam sua utilização, segurança, durabilidade ou finalidade.

4.4. Sempre que aplicável, os produtos deverão ser fornecidos em suas embalagens originais, devidamente lacradas e invioladas, contendo identificação do fabricante, composição, características técnicas, lote, data de fabricação, prazo de validade, instruções de utilização, advertências e demais informações exigidas pela legislação pertinente.

4.5. Os materiais destinados ao contato direto com os usuários deverão ser confeccionados em materiais resistentes, seguros, atóxicos e adequados à finalidade proposta, devendo possuir acabamento uniforme, sem rebarbas, pontas cortantes, superfícies ásperas ou quaisquer elementos capazes de oferecer riscos durante a utilização.

4.6. Os produtos destinados à utilização por crianças deverão observar os requisitos de segurança compatíveis com a faixa etária indicada, devendo ser fabricados em materiais adequados, atóxicos, resistentes e livres de partes ou acabamentos que possam representar riscos aos usuários.

4.7. Os brinquedos, jogos, materiais pedagógicos e demais produtos sujeitos à certificação compulsória deverão possuir certificação expedida pelo INMETRO ou por organismo competente, quando exigível em razão da natureza do produto e da legislação vigente.

4.8. Os equipamentos, materiais e acessórios enquadrados como produtos para saúde deverão possuir registro, notificação, cadastro ou regularização perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, sempre que tal exigência for aplicável ao respectivo produto.

4.9. Os equipamentos elétricos e eletrônicos deverão ser fornecidos em condições de pronto funcionamento, compatíveis com a tensão elétrica especificada para cada item, acompanhados dos respectivos cabos, fontes, conectores, controles, acessórios e demais componentes indispensáveis à sua utilização regular.

4.10. Quando previsto nas especificações do item, os equipamentos deverão acompanhar manual de instruções em língua portuguesa, contendo informações suficientes para instalação, operação, limpeza, conservação e utilização segura do produto.

4.11. Os produtos compostos por kits, conjuntos ou jogos deverão ser entregues com a integralidade dos componentes previstos na especificação, não sendo admitida a entrega parcial, incompleta ou com quantitativo inferior de peças, acessórios ou elementos integrantes.

4.12. Os materiais destinados às atividades de fisioterapia, reabilitação, fortalecimento muscular, equilíbrio, coordenação motora e treinamento funcional deverão apresentar resistência, estabilidade, segurança e durabilidade compatíveis com a utilização institucional e com a finalidade terapêutica ou funcional indicada. A relação contempla, entre outros, discos de equilíbrio, aparelhos de eletroestimulação, faixas elásticas, colchonetes, caneleiras, massageadores e equipamentos correlatos.

4.13. Os materiais de uso terapêutico, sensorial, recreativo ou pedagógico deverão permitir limpeza e higienização adequadas sempre que sua natureza assim exigir, devendo os respectivos materiais e revestimentos apresentar resistência compatível com o uso frequente em ambiente institucional.

4.14. Os jogos, brinquedos e materiais de estimulação sensorial e cognitiva deverão conter todas as peças, cartelas, tabuleiros, acessórios, componentes e elementos descritos nas respectivas especificações, de modo a possibilitar sua utilização integral nas atividades propostas.

4.15. Os itens confeccionados em madeira, MDF ou materiais similares deverão apresentar acabamento liso e uniforme, sem farpas, arestas cortantes ou defeitos que possam comprometer a segurança, devendo possuir resistência compatível com a utilização prevista.

4.16. Os materiais plásticos deverão apresentar resistência e flexibilidade compatíveis com sua finalidade, quando aplicável, não sendo admitidos produtos frágeis, quebradiços ou com deformações que possam reduzir sua vida útil ou comprometer sua segurança.

4.17. Os produtos que possuam superfícies antiderrapantes, revestimentos impermeáveis, tratamentos específicos, estruturas reforçadas ou demais características funcionais previstas nas especificações deverão ser fornecidos com essas propriedades integralmente preservadas.

4.18. Quando houver indicação de capacidade máxima de carga, peso suportado, faixa etária, dimensões, voltagem, potência, resistência, intensidade ou qualquer outro parâmetro técnico, o produto fornecido deverá atender integralmente ao limite ou característica estabelecida na especificação do respectivo item.

4.19. Eventuais variações dimensionais somente serão admitidas quando expressamente previstas nas especificações ou quando não alterarem a funcionalidade, segurança, qualidade ou finalidade do produto, mediante avaliação e aceitação pela Administração.

4.20. Os produtos deverão atender às normas técnicas, sanitárias, de segurança, qualidade e de proteção ao consumidor aplicáveis à sua fabricação, comercialização e utilização, inclusive normas da ABNT, INMETRO, ANVISA e demais órgãos competentes, quando incidentes sobre cada item.

4.21. A CONTRATADA será responsável pela procedência, qualidade, segurança e conformidade dos produtos fornecidos, respondendo integralmente por vícios, defeitos, divergências de especificação ou quaisquer irregularidades identificadas durante o recebimento ou utilização.

4.22. Os produtos que apresentarem defeitos, avarias, funcionamento inadequado, divergência de especificação, ausência de componentes ou qualquer outra desconformidade poderão ser recusados pela Administração, devendo ser substituídos pela CONTRATADA, sem qualquer custo adicional ao Município.

4.23. A substituição dos produtos recusados não afastará a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento dos prazos estabelecidos, tampouco impedirá a aplicação das medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

4.24. Todos os custos necessários ao integral fornecimento do objeto deverão estar incluídos nos preços propostos, compreendendo, entre outros, embalagem, acondicionamento, transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos, mão de obra, acessórios e demais despesas diretas ou indiretas necessárias ao cumprimento da contratação.

4.25. A CONTRATADA deverá observar durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, mantendo-se regular perante os órgãos competentes e atendendo às determinações da fiscalização do contrato.

4.26. O fornecimento deverá assegurar à Administração produtos aptos à utilização imediata ou, quando necessária montagem ou instalação simples, acompanhados de todos os componentes indispensáveis à sua correta utilização, sem necessidade de aquisição adicional de peças ou acessórios essenciais não previstos.

4.27. O atendimento aos requisitos estabelecidos neste tópico constitui condição mínima para aceitação do objeto, sem prejuízo das demais especificações individualizadas de cada item e das obrigações constantes do Termo de Referência, do Edital e do instrumento contratual.

5- ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

5.1. O quantitativo estimado para a presente contratação foi definido a partir da projeção de consumo apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó/MG, considerando as necessidades previstas para o período de atendimento da contratação e a utilização dos materiais, equipamentos, acessórios, jogos e recursos terapêuticos nas atividades desenvolvidas pela rede municipal de saúde. A estimativa buscou dimensionar quantidade suficiente para atender às demandas dos serviços de fisioterapia, reabilitação, estimulação motora e cognitiva, atividades terapêuticas, pedagógicas, sensoriais, recreativas e funcionais, observando as diferentes características, finalidades e formas de utilização de cada produto. Para o dimensionamento, considerou-se que determinados itens possuem utilização simultânea por profissionais e usuários, enquanto outros constituem equipamentos ou materiais de utilização continuada, cuja quantidade necessária está diretamente relacionada à organização e à capacidade operacional dos atendimentos. Também foram consideradas as particularidades dos itens fornecidos em kits, conjuntos, pares ou unidades, de modo a garantir a disponibilidade dos componentes necessários à execução integral das atividades previstas. Dessa forma, os quantitativos indicados representam a projeção da necessidade efetivamente identificada pela unidade requisitante, buscando

assegurar estoque e disponibilidade compatíveis com a demanda esperada, sem estabelecimento de quantidades excessivas ou desvinculadas da utilização prevista. Assim, entende-se que o quantitativo estimado mostra-se adequado e proporcional à necessidade administrativa, permitindo o atendimento das atividades programadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó/MG e, simultaneamente, observando os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e racionalização da aplicação dos recursos públicos.

6- VALOR ESTIMADO

6.1. O valor estimado para contratação foi obtido após pesquisa de mercado, em conformidade com o Art. 23 da Lei Federal 14.133/21.

6.2. Utilizou-se como parâmetro de obtenção dos valores as contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa.

6.3. Para esta licitação, a Administração optou por preservar o sigilo dos valores obtidos na pesquisa de mercado, visando fomentar a disputa na fase de lances, com a expectativa que resulte em uma proposta mais vantajosa do objeto. A justificativa para manter o orçamento em caráter de sigilo durante a licitação pública está respaldada no Art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Este artigo prevê que o sigilo do orçamento estimado é uma exceção importante para assegurar a competitividade e a obtenção da melhor proposta para a administração pública. Motivos para a Manutenção do Sigilo:

I - Assegurar a Competitividade: Evitar Acordos Entre Licitantes: A divulgação prévia do orçamento estimado pode incentivar acordos entre os licitantes para que os preços ofertados sejam próximos ao limite máximo estabelecido pela administração, comprometendo a competitividade do certame.

II- Estimular Propostas Justas: O sigilo do orçamento força os licitantes a apresentarem propostas baseadas em seus próprios custos e margens de lucro, promovendo um ambiente de concorrência justa e transparente.

III- Prevenção de Sobrepreços: Sem conhecimento prévio do orçamento estimado, os licitantes têm menor chance de inflacionar os preços ofertados, o que ajuda a administração a obter propostas mais vantajosas economicamente.

IV- Eficiência dos Recursos Públicos: A preservação do sigilo orçamentário contribui para a eficiência do uso dos recursos públicos, garantindo que o dinheiro público seja empregado da melhor forma possível, com preços competitivos e justos.

6.3.1. Manter o orçamento em caráter de sigilo durante a licitação pública, conforme previsto no Art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, é uma medida estratégica que visa assegurar a competitividade, obter propostas mais vantajosas, proteger informações sensíveis e garantir a eficiência no uso dos recursos públicos. Dessa forma, a administração pública cumpre seu dever de promover uma gestão transparente e eficiente, beneficiando a sociedade com contratações mais econômicas e justas.

7- DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1. Em observância ao princípio do parcelamento, optou-se pela realização divisão do objeto em itens, para fomentar a disputa e alcançar o maior número de fornecedores interessados na participação do certame, haja vista que os objetos não possuem interpendência entre si que inviabilizem a execução por licitantes distintos.

7.2. Conforme estabelecido no inciso XLI do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21, considerando se tratar de aquisição de bens comuns, a modalidade a ser adotada para presente contratação é o Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica.

8- NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Após realização deste estudo verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica dos mesmos, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas.

9- CONTRATAÇÃO CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

9.1. Para o perfeito cumprimento deste objeto não se faz necessária a contratação de objetos correlatos ou interdependentes de natureza distinta ou que não estejam previstos nas especificações constantes deste instrumento.

10- ANÁLISE DE RISCOS

10.1. Constitui risco para a demanda o atraso injustificado na execução do objeto, ocasionando prejuízos e atrasos nos serviços prestados pela administração pública municipal. Para respaldar a administração pública municipal contra os atrasos se faz necessária a inclusão de multa por mora, nos moldes a seguir:

I- O licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.

II- Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:

a) Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;

b) Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá converte-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.

c) Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. Considerando as características do objeto a ser licitado, não se identifica a possibilidade de impactos ambientais significativos. Trata-se da distribuição de itens comuns, devidamente produzidos e embalados em conformidade com a legislação pertinente ao ramo de atividade ao qual pertencem.

12- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A SEREM EXIGIDOS

12.1. A Lei Federal nº 14.133, estabelece os documentos de habilitação obrigatórios para a participação em licitações públicas. Esses documentos são essenciais para garantir que os licitantes tenham a capacidade técnica, financeira, jurídica e de conformidade com obrigações trabalhistas e tributárias para executar o objeto da licitação, sendo assim, com auxílio dos setores técnicos responsáveis, identificou-se que os seguintes documentos de habilitação devem ser exigidos no instrumento convocatório:

12.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;
VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88**.**
12.1.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Pregoeiro.

12.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
I- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.
12.1.3.1. O Simples Nacional é um regime tributário simplificado estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, que visa reduzir a carga tributária e simplificar o cumprimento das obrigações fiscais para esses negócios, incentivando a formalização e o desenvolvimento econômico. A ausência da exigência de balanço patrimonial para empresas enquadradas no Simples Nacional é justificada pela necessidade de simplificação administrativa e redução de custos, adequando-se à realidade operacional e financeira das microempresas e empresas de pequeno porte. Esta medida promove a formalização, facilita a gestão contábil e tributária, e apoia o crescimento e a sustentabilidade dessas empresas, alinhando-se aos objetivos do Simples Nacional de incentivar o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico. Ante o exposto, considerando as características gerais do objeto, bem como as condições gerais de execução contratual, não foi identificada a necessidade de exigência para apresentação de balanço patrimonial como requisito de habilitação, haja vista o risco de acarretar em restrições indevidas ao caráter competitivo do certame. Tal medida encontra-se em estrita conformidade com a com o inciso XXI do Art. 37 da Constituição Federal que estabelece que as exigências de qualificação técnica e econômica deverão ser aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

13- CONCLUSÃO
13.1. Após realização do Estudo Técnico Preliminar – ETP certificou-se que a solução abordada é a mais adequada para contratação atender plenamente a necessidade que se destina, em face de suas características e peculiaridades identificadas durante a elaboração.

Caparaó-MG, 18 de novembro de 2026.

Elizabete Gomes da Silva
Secretária Municipal de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026
PREGÃO Nº 070/2026
MINUTA CONTRATUAL
ANEXO II

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0XX/2026 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPARAÓ E A EMPRESA XXXXXXXXXX.

O Pelo presente, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAPARAÓ,** inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 18.114.249/0001-93, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Diógenis da Silva Miranda, portador da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada á xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **CONTRATADA,** resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com o Processo Licitatório nº 157/2026, Pregão nº 070/2026, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições pactuadas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **Contratação de empresa para fornecimento de materiais, equipamentos, acessórios, jogos, brinquedos educativos, recursos sensoriais e pedagógicos e demais itens destinados à realização de atividades de estimulação precoce, desenvolvimento motor, sensorial e cognitivo, reabilitação funcional, comunicação alternativa, promoção da autonomia e execução de ações terapêuticas, educativas e recreativas, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caparaó-MG.**

1.2. O objeto da contratação deverá seguir as especificações, quantitativos e valores delimitados através da planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.						
2.						
3.						
VALOR GLOBAL						

1.3. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos: o Termo de Referência, o Edital da Licitação e seus Anexos, a Proposta Comercial do Contratado e demais documentos apresentados durante a sessão pública, constantes nos autos do procedimento licitatório.

1.4. O presente instrumento perfaz um valor global de R$ xxxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxx), conforme detalhamento constante na planilha do item 1.2.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Os produtos deverão ser entregues novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de utilização, acondicionados em embalagem devidamente inviolada, quando aplicável, em sua apresentação original, sem avarias, contendo todas as informações de fabricação, identificação, características técnicas, lote, validade, instruções de uso e demais informações exigidas pela legislação pertinente, de forma visível e plenamente legível.
3.1.1. Os produtos deverão observar integralmente as especificações, características técnicas, dimensões, composições, quantidades, capacidades, acessórios e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência e nos demais documentos integrantes da contratação.
3.1.2. Todos os encargos e custos decorrentes da contratação correrão por conta da CONTRATADA, incluindo transporte, frete, carga, descarga, embalagem, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas necessárias ao integral cumprimento do objeto.

3.2. Os itens deverão ser entregues nas condições estabelecidas neste instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do envio da respectiva Ordem de Fornecimento pelo setor competente do Município de Caparaó/MG, acompanhados da Nota Fiscal correspondente.
3.2.1. A Ordem de Fornecimento indicará os itens, quantitativos, local de entrega e demais informações necessárias ao correto cumprimento da obrigação pela CONTRATADA.
3.2.2. Após a entrega, os produtos estarão sujeitos à conferência quanto aos quantitativos, especificações, integridade, qualidade, funcionamento e demais condições estabelecidas neste instrumento, para fins de recebimento provisório e definitivo.
3.2.3. O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal do Contrato, ou por servidor formalmente designado para substituí-lo, mediante verificação inicial dos produtos entregues.
3.2.4. Somente o Fiscal do Contrato, ou seu substituto formalmente designado, poderá promover o recebimento provisório dos produtos.

3.2.5. Nos casos de atraso injustificado na entrega, a CONTRATADA estará sujeita às sanções estabelecidas no instrumento convocatório e no instrumento contratual, especialmente à aplicação de multa moratória, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

3.3. Os produtos deverão ser entregues no local indicado na Ordem de Fornecimento, dentro do perímetro urbano do Município de Caparaó/MG**,** ficando a CONTRATADA responsável pelo transporte, descarga e entrega integral dos itens no endereço determinado pela Administração.
3.3.1. O horário para recebimento dos produtos será de 08h00 às 17h00, em dias úteis, salvo determinação diversa expressamente indicada na Ordem de Fornecimento.

3.4. O objeto será recebido provisoriamente pelo Fiscal do Contrato, mediante conferência dos quantitativos, das condições físicas dos produtos, das embalagens, dos acessórios, das especificações e dos demais requisitos estabelecidos neste instrumento, ficando o recebimento definitivo condicionado à posterior verificação de conformidade.

3.5. O objeto será recebido definitivamente pelo Gestor do Contrato ou por comissão formalmente designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento integral às exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na proposta da CONTRATADA e nos demais documentos integrantes da contratação.

3.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando os produtos estiverem em desacordo com as especificações, apresentarem defeitos, avarias, ausência de componentes ou acessórios, funcionamento inadequado ou qualquer outra desconformidade com as condições estabelecidas neste instrumento.
3.6.1. Os produtos rejeitados deverão ser substituídos pela CONTRATADA, às suas expensas, por outros que atendam integralmente às especificações exigidas, sem qualquer custo adicional para o Município e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá nem reduzirá a responsabilidade civil, administrativa ou contratual da CONTRATADA pela qualidade, segurança, adequação, durabilidade e conformidade dos produtos fornecidos, permanecendo íntegra sua responsabilidade por vícios, defeitos ou desconformidades posteriormente identificados.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. Caberá ao Fiscal do contrato:
I - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;
II - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;
III - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
IV - Auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;

V - Anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
VI - Emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
VII - Rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;
VIII - Comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;
4.1.1. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:
I - Atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;
II - Entrega de produtos em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;
III - Execução do objeto em desconformidade com este instrumento;
IV - Descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;
V - Subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;
VI - Alteração nas condições da habilitação da licitante previstas no instrumento convocatório;
VII - Quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

4.2. Caberá ao Gestor do Contrato:
I - Analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;
II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
III - Criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;
IV - Analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;
VI - Decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;
VII - Solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;
VIII - Alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;
IX - Realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Na execução deste contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o **CONTRATADO** poderá subcontratar parcelas do objeto, desde que, autorizado formalmente pelo **CONTRATANTE.**

5.1.1. Na autorização, caso concedida, o **CONTRATANTE** deverá indicar o limite percentual do objeto ou a parcela que poderá ser subcontratada.
5.1.2. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontrato, quando cabível, que será avaliada e juntada aos autos do processo licitatório.
5.1.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
6.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento.

6.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal.
6.2.1. Para execução do pagamento o licitante deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.
6.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
6.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do licitante.

6.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

6.4. O Município de poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo licitante caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
I- A licitante deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município;
II- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante atenda à cláusula infringida;
III- A licitante retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município.
IV- Débito da licitante para com o Município quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
V- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, até o dia 21/10/2027.

7.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Geral Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE:**
I- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
II- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
III- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
IV- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
V- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
VII- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
VIII - Cientificar o órgão de assessoramento jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
IX- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
X- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. São obrigações do **CONTRATADO**
I- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando;
II- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
III- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da para a execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
IV- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
V- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
VI- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
VII- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
VIII- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
IX- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
X- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
XI- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando cabível (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

XII- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, quando cabível (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
XIII- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
XIV- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
XV- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
XVI- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
XVII- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
XVIII- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
XIX - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
XX - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
I- Advertência;
II- Multa;
III- Impedimento de licitar e contratar e
IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.
9.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
9.2.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
9.2.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
9.2.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstancias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
9.2.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
9.2.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
I- A natureza e a gravidade da infração cometida.
II- As peculiaridades do caso concreto
III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes
IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública
V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção administrativa de advertência, inciso I do item 9.2, será aplicada exclusivamente pela infração que der causa à inexecução parcial do contrato, inciso I do item 9.1, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.

9.5. A sanção administrativa de multa, inciso II do item 9.2, será aplicada, ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 10.1 deste instrumento, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
9.5.1. A multa será calculada pelo gestor do contrato que deverá observar para sua aplicação o disposto no item 9.3.

9.6. A sanção prevista no inciso III do item 9.2, impedimento de licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 9.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a gravidade da infração.

9.7. A sanção prevista no inciso IV do item 9.2, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, X, X, XI e XII do item 9.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.6 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
9.7.1. A sanção administrativa prevista no inciso IV do item 10.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal responsável.

9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, quando exigida, em favor do órgão.

9.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o município deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.15. Todas as intimações serão realizadas através do endereço de e-mail informado pelo licitante em seu cadastro, não será aceita, em nenhuma hipótese, a justificativa do não recebimento das intimações realizadas através deste canal.
9.15.1. Caso o licitante não confirme o recebimento das intimações no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a administração o convocará por publicação no Diário Oficial adotado pelo órgão.

9.16. Além das sanções previstas no item 9.2, o licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.
9.16.1. Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:
I – Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;
II – Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá converte-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.
9.16.2. Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
VI - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
VII - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

VIII – atraso injustificado na execução do objeto, após esgotadas as medidas cabíveis estabelecidas no item 9.16.

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
10.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
10.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
10.2.3. Indenizações e multas.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão conta da seguinte dotação orçamentária: 02110501.1030200171.033 – AQUIS MOV VEIC EQ P/SERV SAÚDE R.PR – 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente – Ficha 165-150002 e nas suas correspondentes para o exercício posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE,** segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais atos normativos pertinentes e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor, além das normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Este contrato poderá ser alterado conforme disposições contidas no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. O **CONTRATADO** se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos pela Lei Federal nº14.133/21.

13.3. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Este contrato e os eventuais termos aditivos decorrentes, deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, como condição indispensável para sua eficácia no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Espera Feliz-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Xxxxxxxxxxxxx, xx de xxxxxxxxxx de 2026.

DIÓGENIS DA SILVA MIRANDA	**xxxxxxxxxxxxxxx**
MUNICÍPIO DE CAPARAÓ	**xxxxxxxxxxxxxxxxx**
CONTRATANTE	**CONTRATADO**